

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO P COM PROCESSO : 06-0029/1996 DE 1996

MATERIA LEGISLATIVA: RPP

06-0029/1996 DE 12/11/96

PROMOVENTE: VEREADOR

JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO

E M E N T A:

CPI. Apuracao sobre ocupacao das margens das represas,
Billings e Guarapiranga.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 15:58:31

00000000734-07



ARQUIVADO EM 15/08/97

REGINA APARECIDA BARRIOS
CHEFE DE SESSAO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 01 de proc
nº 29 de 96

LIDO HOJE

12 NOV 1996

★ ★

PRESIDENTE

APROVADO

★ ★

PR. 3.112

REQUERIMENTO Nº

06 - RPP
06-0029/1996

Requer, na forma regimental, seja aprovada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração sobre a ocupação irregular das margens das Represas Billings e Guarapiranga por favelados removidos da Avenida Luis Carlos Berrini e o pagamento de indenizações sem a observância das normas legais.

Em conformidade com o artigo 89 do Regimento Interno cc.artigo 33 da Lei Orgânica do Município, solicito ao Egrégio Plenário seja aprovada a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar a eventual prática de crime pelo Sr. Prefeito, tendo em vista a transferência irregular de favelados para área de mananciais - Represas Billings e Guarapiranga - com o pagamento de indenizações em desconformidade com a legislação em vigor, conforme notícia o

Jornal da Tarde, dos dias 07 e 08 de novembro de 1996, no PNA 2 de 90 (NOVENA) dias e com a composição de 5 (CINCO) membros.

Sala das Sessões, em

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Vereador

12 NOV 1996

CÓD. 0022

Folha n.º 02 de 02 de 1996

18A — JORNAL DA TARDE

ter, a uma nova carência.

Sírio-Libanês para Pindamon-

peitado seu direito de exercer

prostituição em sua arte



Em cima, guarda civil metropolitano desmonta barraco no Jardim Edith. Acima, morador desocupa sua casa



Acima e à esquerda, moradores do Jardim Edith nas margens da Billings: expulsos para a área de mananciais

Favelados 'empurrados' para mananciais

OAB PEDE ABERTURA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO IRREGULAR DAS REPRESAS BILLINGS E GUARAPIRANGA POR FAMÍLIAS REMOVIDAS PELA PREFEITURA

Ubiratan Muarrek

A Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) entrou ontem com pedido de representação na Procuradoria-Geral de Justiça para que sejam feitas investigações sobre a ocupação irregular das margens das Represas Billings e Guarapiranga (Zona Sul) por favelados da Avenida Luis Carlos Berrini.

A representação acusa a Prefeitura de ser responsável pela remoção dos favelados, "sem a devida indenização", e pela falta de monitoramento quanto ao reassentamento das famílias. Investe também contra o governo do Estado de São Paulo por ter se omitido quanto à ocupação, pelos mesmos favelados, de área de proteção de mananciais.

O motivo da denúncia é o trabalho *O Estado e o Capital nas Margens do Rio Pinheiros*, tese de graduação da arquiteta Mariana Fix, de 26 anos, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Mariana registrou, entre agosto de 95 e janeiro de 96, a remoção de 3 mil moradores da Favela do Jardim Edith, entre a Avenida Luis Carlos Berrini e a Marginal do Pinheiros, para a construção do terceiro trecho da Avenida Água Espraiada, inaugurado pelo prefeito Paulo Maluf em 10 de janeiro.

"Encontrei dez famílias que saíram da Berrini na Favela Santo Agostinho, no bairro do Grajaú, nas margens da Billings", diz Ma-

riana Fix. "Eles disseram que, só naquele pontão da represa, 60 famílias tinham a mesma origem."

O trabalho mostra, em gravações feitas pela arquiteta, a reunião de apresentação do EIA-RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) da Avenida Água Espraiada ao Cades (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente), em 11 de junho deste ano. O representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Cades, João Roberto Rodrigues, teria alertado a comissão,

eram na remoção, que a Prefeitura tinha conhecimento do deslocamento para a região dos mananciais.

"É um escândalo", diz Antonio Fernandes Pinheiro Pedro, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP. "Estamos pedindo a instauração de um inquérito civil público."

"O trabalho da arquiteta mostra uma junção preocupante de interesses imobiliários com o interesse público, com prejuízos para os direitos humanos, o meio ambiente e a moralidade administrativa", diz Pinheiro Pedro.

A OAB encaminhou também cópia do trabalho de Mariana Fix ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, por "indícios" de irregularidades no processo de negociação da indenização dos favelados e coação da Guarda Civil Metropolitana na remoção. Há fotos de policiais da Guarda Civil demolindo barracos de favelados.

Relatos de moradores sugerem também a pressão a que foram submetidos para aceitarem a indenização em vez da "opção moradia".

Trechos dos depoimentos trazem funcionários da Prefeitura e de empreiteiras negociando valores mais altos de desapropriação com os moradores renitentes em sair dos barracos. Em alguns casos, o valor-padrão da desapropriação — R\$ 1,5 mil — chegou a saltar para uma cifra bem maior: R\$ 65 mil.

Reunião

PREFEITURA SABIA

Na reunião, Rodrigues chamou atenção para o destino dos favelados: a Represa de Guarapiranga (leia depoimentos ao lado).

Numa audiência pública realizada pelo Cades no dia 25 de junho para aprovação do relatório — também registrada —, a questão não teria sido retomada pelos representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Outras situações gravadas sugerem, em depoimentos de assistentes sociais da Prefeitura que trabalha-

RESPONSABILIDADE

Estado e Prefeitura se acusam

O trabalho da Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Cades, João Roberto Rodrigues, registrou as declarações feitas por ele durante a reunião de apresentação do EIA-RIMA da Avenida Água Espraiada.

Agua Espraiada, gravadas pela arquiteta Mariana Fix.

"Ele alertou para que a Prefeitura não se repetisse no próximo trecho da obra, a Favela dos Imigrantes", disse Rodrigues. "Inclusive, ele alertou."

Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, coube à Prefeitura de São Paulo o monitoramento das remoções de favelados quando foi ampliada a Avenida Água Espraiada, obra da Prefeitura.

"O município gerenciou a obra", disse José Antonio Nunes, do Departamento do Uso do Solo da secretaria. "A remoção deveria ter sido monitorada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal da Habitação", explicou.

Para Werner Zulauf, secre-

tário municipal do Meio Ambiente, não foi ele quem lembrou, feito o monitoramento dos favelados removidos do Jardim Edith. "Sabíamos que os favelados estavam indo para a área de proteção de mananciais", disse o secretário. "Por isso, manifestamos nossa ação na represa. Consequência disso foi a remoção das ocupações, apesar da falta de colaboração da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que não fez nada para evitar a época", contou.

Já a assessoria da Secretaria Municipal de Vias Públicas, responsável pelas desapropriações, disse que a desapropriação da Avenida Água Espraiada ocorreu em um período de negociações paralelas entre os empresários e "parte dos favelados", e que alguns deles teriam recebido valores superiores à quantia-padrão de R\$ 1,5 mil. Mas a secretaria negou ter participado de negociações com os favelados em valores mais altos do que R\$ 1,5 mil e diz desconhecer que policiais da Guarda Civil Metropolitana teriam participado da demolição dos barracos.

Entre outubro de 95 e janeiro de 96, 15 mil famílias foram removidas, segundo a Prefeitura, das favelas da região da Avenida Berrini para a construção da nova avenida. (U.M.)

GRAVAÇÕES QUE FALAM DA OCUPAÇÃO

Mananciais Invasos

Trechos das gravações feitas pela arquiteta Mariana Fix sobre a remoção da Favela do Jardim Edith.

"A Secretaria do Meio Ambiente tem um programa que é desenvolvido na Bacia da Guarapiranga (SOS Mananciais) e nós sabemos que parte dessa população foi se assentar na Bacia da Guarapiranga."

De João Roberto Rodrigues, membro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Cades.

"As pessoas que saíram com ajuda de custo (R\$ 1,5 mil) pouco me importa onde estão. Provavelmente elas ocuparam uma área de mananciais. Essas pessoas compraram de uma imobiliária clandestina uma propriedade irregular."

Removidos

PRESSÕES DA PREFEITURA

Da assistente social identificada como Clara, falando "em nome da Prefeitura" aos favelados. Procu-

“É INACREDITÁVEL QUE A PREFEITURA SEJA CONIVENTE COM A INVASÃO DE UMA ÁREA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS”

(Do vereador José Eduardo Cardoso)

Vereador propõe CPI para investigar invasão dos mananciais

JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT-SP) QUER QUE SEJA FEITA AUDITORIA DAS INDENIZAÇÕES E CONTRATOS SOBRE REMOÇÃO DE FAVELADOS DA AV. ÁGUA ESPRAIADA

Ulbratan Muarrek

O vereador José Eduardo Cardoso (PT-SP) defendeu ontem a abertura de uma CPI na Câmara dos Vereadores de São Paulo para investigar o processo de remoção de favelados pela Prefeitura para a construção da Avenida Água Espraiada, na Zona Sul de São Paulo.

“É inacreditável que a Prefeitura seja conivente com a remoção de favelados para propiciar a invasão de uma área de proteção de mananciais, nas margens da Represa Billings”, disse o vereador Cardoso.

A proposta de CPI “deverá abranger também investigações sobre a forma como foram pagas indenizações a cerca de 15 mil famílias que moravam em favelas no local.

O vereador disse que também irá solicitar ao Tribunal de Contas do Município uma auditoria “em todos os contratos da Avenida Água Espraiada, para verificar em que base foram feitos pagamentos de indenizações aos favelados e se não houve superfaturamento da obra para posterior reembolso aos empresários”.

“Empreiteiras negociaram com os favelados sua remoção para construir conjuntos habitacionais financiados por

sinaturas para a CPI será iniciada hoje e a proposta será apresentada em plenário na terça-feira.

Uma representação na Procuradoria-Geral de Justiça para investigações semelhantes foi encaminhada pela Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). Segundo Antonio Fernando Pinheiro Pedro, presidente da comissão, a abertura de uma CPI “chega em boa hora”.

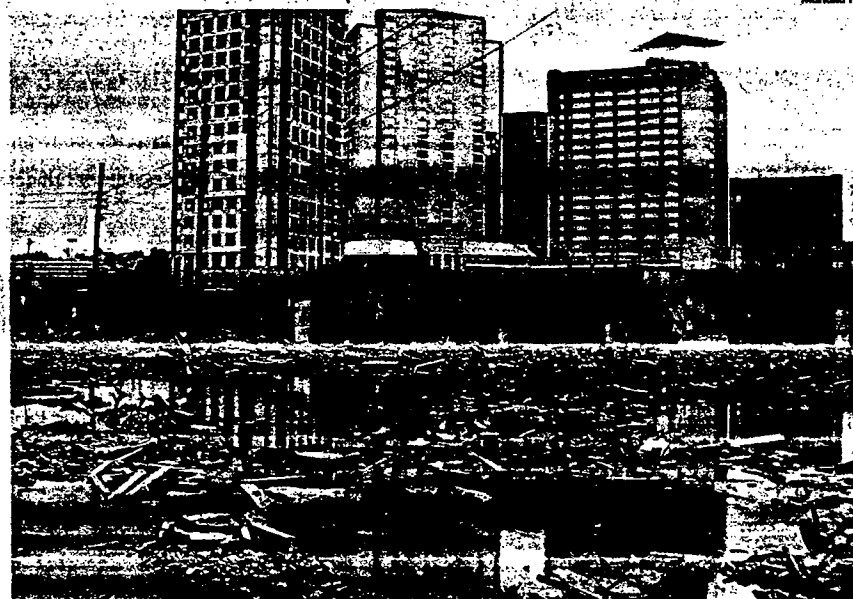
A representação foi feita com base na tese de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU) feita pela arquiteta Mariana Fix, que acompanhou e registrou em fotos e gravações o processo de remoção de

três mil famílias da Favela do Jardim Edith, entre agosto de 95 e janeiro de 96.

“A documentação reunida pela arquiteta revela uma privatização do interesse público”, diz Pinheiro Pedro.

“Houve traslado de favelados para áreas de mananciais, acarretando valorização imobiliária cujo único interesse é o do mercado.” Para Pinheiro Pedro, que aguarda a distribuição da representação para as promotorias competentes, o caso deveria ser investigado conjuntamente pelas Promotorias de Habitação e Urbanismo e de Meio Ambiente.

Segundo a Prefeitura, houve negociações envolvendo empreiteiras e favelados na Favela do Jardim



Últimos barracos das 3 mil famílias removidas da Favela do Jardim Edith: expulsos para os mananciais

ACUSAÇÕES

SECRETARIA FAZ CRÍTICAS À OAB

“Órgão sabia de invasões”

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado considerou “estranha” a atitude da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de requerer a abertura de investigação sobre a invasão da área dos mananciais “só em novembro”.

“A OAB tem um representante no Cades (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Portanto, sabia tanto quanto os outros membros do conselho da invasão promovida na Billings pelos favelados da região da Avenida Berrini”, disse João Roberto Rodrigues, representante da secretaria estadual no Cades. “Nós fizemos o que tínhamos de ser feito: alertamos para a invasão e defendemos a mudança da forma de indenização de favelados para o próximo trecho da Avenida Água Espraiada”.

Segundo Antonio Fernando Pinheiro Pedro, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, a mesma advertência foi feita pelo representante da OAB na reunião do Cades que tratou do relatório de impacto ambiental da avenida.

“Mas houve uma diferença: nós nos abstermos da votação final do relatório”, disse Pinheiro

PROMOTOR CULPA PREFEITURA

Segundo Secretaria de Vias Públicas, favelados preferiram verba a apartamentos

O 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, Tiago Cintra Zarif, considerou “inacreditável” o fato de não ter havido monitoramento das famílias removidas pela Prefeitura da região da Av. Luis Carlos Berrini. “Adotaram a tática do fato consuma-

bial. O relatório tem de vir antes”, disse Zarif.

“A matemática da remoção é suspeita”, disse Zarif. “Construíram 600 moradias para 15 mil famílias. O levantamento deveria contemplar a realocação.”

Segundo a arquiteta Mariana

ratas de São Paulo. Muitos deles receberam apenas R\$ 1,5 mil de indenização. Sobrou a represa”.

Segundo a Secretaria Municipal de Vias Públicas, responsável pela remoção, foram oferecidos conjuntos habitacionais a todos os favelados da Berrini. “Apenas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º	5	de proc
n.º	29	de 1996
Papel para informação, rubricado como folha n.º		

do processo n.º de 19..... (a)

Ao DT. 94 - Senhora Chefe:

Proposição não apreciada na legislatura anterior - artigo 275 do R.T.; arquivando-se.

27/01/97


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chelo-
A. T. M.

**DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO**

Proc. encerrado c/ 05 fls.

Arquivo em 15/02/97

O FUNCALEXANDRE COELHO RIBEIRO
Assistent Técnico de Direção

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)